

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Corpas políticas:* arte, trabalho e enfrentamento nas tessituras da vida racializada*Political bodies: art, work and confrontation in the tessitura of racialized life***Samira Lima da Costa;**^{ID}^I **** Beatriz Akemi Takeiti;**^{ID}^I **Eliana Nunes Ribeiro;**^{ID}^I **Regina Carmela Emília de Resende;**^{ID}^{II} **Elaine Araújo de Vasconcelos;**^{ID}^I ***** Thayllany Mattos dos Santos;**^{ID}^I **Claudia Reinoso Araujo de Carvalho**^{ID}^I^I Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.^{II} Centro Universitário Serra dos Órgãos, Teresópolis, RJ, Brasil.**Palavras-chave:**

corpo; gênero; política; arte; grupo étnico-racial.

Resumo: As marcas contemporâneas da experiência de um mundo pós-pandemia têm sido expressas em corpos políticos cujas interseccionalidades resistem a um estado necropolítico. Este artigo busca, a partir de um assentamento epistêmico e teórico, dialogar com experiências narrativas de mulheres em diferentes contextos brasileiros agenciadas pelas interseccionalidades e pela amefricanidade. Para tanto, seguimos rastros sensíveis de narrativas produzidas ao longo de teses de doutorado desenvolvidas junto a corpos-políticas femininas e feministas, aquilombadas em um grupo de pesquisa que se coloca como trincheira no universo acadêmico. Para Dialogamos com mulheres intelectuais, do teatro, do rap, da pesca e das rendas, mulheres que enfrentam a experiência do racismo e do machismo em suas relações com a vida e fazem da arte e do trabalho suas vias de resistência e enfrentamento. Para um feminismo negro situado, falar de interseccionalidade e amefricanidade contribui para desconstruir práticas discursivas, propondo outras epistemologias cujas tessituras em rede permitam afirmar outras vias identitárias sustentadas na igualdade política, racial, econômica e de gênero.**Keywords:**

bodies; gender; political; art; ethnic-racial group.

Abstract: The contemporary marks of the experience of a post-pandemic world have been expressed in political bodies whose intersectionalities resist a necropolitical state. This article seeks, from an epistemic and theoretical foundation, to dialogue with the narrative experiences of women in different Brazilian contexts managed by intersectionalities and Amefricanity. To do so, we follow sensitive traces of narratives produced throughout doctoral theses developed with female and feminist political bodies, who belong to a research group that positions itself as a trench in the academic universe. For we dialogue with intellectual, theater, rap, fishing and lace-making women, women who face the experience of racism and machism in their relationships with life and make art and work their means of resistance and confrontation. For a situated black feminism, talking about intersectionality and Amefricanity contributes to deconstructing discursive practices, proposing other epistemologies whose networks tessitures allow affirming other identity pathways sustained by political, racial, economic and gender equality.

* Nos referimos corpos-políticas como forma de subversão narrativa em uma reivindicação de narratologias periféricas dissidentes que privilegiam mulheres negras, indígenas, trans, travestis e cis.

** Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Terapia Ocupacional - CCS. Avenida Ilha do Fundão – Bancários. Rio de Janeiro, RJ – Brasil. CEP: 21910240. E-mails: biasamira@medicina.ufrj.br, biatakeiti@medicina.ufrj.br, lianrib@gmail.com, reginacarmela@gmail.com, elisvasconcelos@gmail.com, mattosdosantos11@gmail.com, claudiareinoso@medicina.ufrj.br

*** Nome social: Elis Vasconcelos.



Introdução

No Brasil, o início do ano de 2023 trouxe a possibilidade de voltarmos a respirar. Por um lado, a conquista, numa disputa acirrada, de um projeto menos aniquilador de vidas no governo federal nos libera espaços internos para respirar e, tal qual a *Geni* de Chico Buarque, tentamos até sorrir.

Por outro lado, o desespero da falta de aparelhos respiratórios vivido no auge da pandemia de COVID-19, nos anos de 2020 e 2021, já parece ligeiramente distante, enquanto a fumaça provocada pela queima de largas zonas verdes da Amazônia também parece caminhar para uma regulação estatal de proteção à floresta - e podemos assim, de muitos modos, ousar respirar.

Embora estejamos, de certo modo, respirando ares que sinalizam a possibilidade de viver e sorrir, as cicatrizes ainda estão abertas e doem. Às marcas contemporâneas da experiência de um mundo pós-pandemia e pós-isolamento físico continuado e desigual ao longo dos últimos três anos, somam-se experiências de outras dores, produzidas por desigualdades históricas, potencializadas por um estado necropolítico e por movimentos de ultradireita que articulam continuamente silenciamentos, dominações e extermínios.

É neste cenário que as investigações desenvolvidas em aquilombamento no Grupo de Pesquisa Laboratório de Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis (LabMems) se encontram, buscando apoio mútuo e reflexões teórico-políticas, localizando não apenas o cerne das violências, mas também os corpos que, ao mesmo tempo que recebem múltiplos ataques, se colocam em movimento de sustentação e produção de vida.

Passar por todas essas experiências de dores, feridas, cicatrizes, alegrias, celebrações e compartilhamentos não acontece do mesmo modo para todo mundo. O lugar de onde se olha o mundo e de onde se enunciam as vozes é diferente, para diferentes pessoas. E, com frequência, é também desigual.

É neste cenário de confronto acadêmico-social-político que as nossas pesquisas se desenvolvem na Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. As pesquisas: 1) O corpo-escritura: Maria Nascimento, a coluna *Fala a Mulher* e o *Teatro Experimental do Negro*; 2) Narrativas digitais de mulheres-cis, trans e travestis negras nas batalhas de rima; 3) Trabalho, arte e tradição: a resistência das Rendeiras de Bilros de Arraial do Cabo; 4) Profissão: pescadora - a interseccionalidade das mulheres da pesca em Arraial do Cabo, estão sendo desenvolvidas no LabMems em parceria com o Laboratório de Estudos e Práticas Interdisciplinares em Juventudes, Culturas, Raças e Ocupações (LabCRIAS-PPG-EICOS).

A pandemia de COVID-19 evidenciou o que já sabíamos: os eventos de saúde e econômicos afetam, de forma perversa e desigual, as mulheres; entre elas, afetam mais

incisivamente as mulheres negras e indígenas, em especial as mais pobres. Olhar para uma dessas desigualdades como única porta de violência é silenciar as outras. São experiências que, ao se somarem, não se sobrepõem simplesmente: se potencializam. São interseccionais.

A interseccionalidade tem nome de mulher. A mulher preta, a mulher da natureza, a mulher da pesca, a mulher dona de casa, a mulher indígena, a mulher pobre, a mulher mãe solo, a mulher de terreiro, a mulher gorda, a mulher velha, a mulher curandeira, a mulher do campo. Como as mulheres da Idade Média perseguidas como bruxas, essas também são feiticeiras que se movem pelo mundo - não se limitando a sobreviver, insistem em produzir vida e territórios de existência para outras que estão aí e as que ainda virão.

A interseccionalidade é uma chave de leitura que permite abrir o campo de visão para a experiência multidimensional da vida e das violências vividas.

A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea. Com essa lente, os processos discriminatórios não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem (Kyrillos, 2020, p. 3).

Este conceito-ferramenta foi cunhado pela primeira vez a partir dos anos 1990 do século XX, por Kimberlé Crenshaw, uma mulher negra, nascida em 1959, em uma sociedade racista, portanto, opressora. É inegável a relevância social por ela ocupada, seja na sua produção política e/ou intelectual que se estende desde a construção epistêmica do conhecimento até o seu ativismo político.

Surge da crítica feminista negra às leis antidiscriminação subscrita às vítimas do racismo patriarcal. Como conceito da teoria crítica de raça, foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense, Kimberlé Crenshaw, mas, após a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, conquistou popularidade acadêmica, passando do significado originalmente proposto aos perigos do esvaziamento. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (Akotirene, 2019, p. 14).

Em primeiro lugar, informamos que a autora de “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of antidiscrimination Doctrine Feminist Theory and Antiracist Politics” e formuladora, nos anos 90 do século XX, do conceito Interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw (1989) é uma mulher afro-estadunidense de pele retinta, em uma sociedade norte-americana racista. Kimberlé, ao criar o conceito, transformou apagamentos da história de mulheres negras em um instrumento teórico-metodológico antirracista capaz de entender os atravessamentos das relações de poder na troca de afetos. Mas não apenas, como vimos em “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor”. É inegável a importância da autora para

pensarmos uma política antirracista, especialmente na sua produção política e/ou intelectual que se estende desde a construção epistêmica do conhecimento até o seu ativismo político.

No Brasil, a autora Carla Akotirene (2019) discorre sobre a interseccionalidade como um sistema de opressão interligado, que circunda o cotidiano de mulheres negras no encontro com cisheteropatriarcado produtor de avenidas identitárias que são repetidas vezes atingidas nos cruzamentos e sobreposição de gênero, raça e classe. Portanto, a partir de uma sensibilidade analítica é possível verificar que os acidentes se repetem, mas as atingidas sofrem os atravessamentos de acordo com suas vivências pessoais quando nas avenidas. Com o auxílio desta autora, é possível identificar os discursos de encruzilhadas e aprender a treinar o olhar para narrativas que se constroem negando a autoria feminista negra. Ao lê-la, é possível fazer a travessia pelo oceano atlântico e compreender, por meio de uma perspectiva decolonial, a inseparabilidade do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado no controle de corpos dissidentes e de narrativas que se sobrepõem.

No Brasil, populações racializadas, principalmente mulheres negras e mulheres indígenas são atravessadas por diferentes formas de violência de gênero que são indissociáveis das questões de raça e classe, por isso, toda a produção artística, cultural e intelectual, desenvolvida em becos, vielas, viadutos, periferias, florestas e beiradões, fora do eixo epistêmico eurocêntrico excludente fazem parte de um movimento anticolonialista. Nossas discussões atuais estão carregadas de representatividade porque ocupamos lugares que nos permitem narrar e intervir política e academicamente em resposta aos apagamentos de memórias, afetos e partilhas.

Nossas histórias, por muito, ainda sufocadas, posicionam vozes-cores, antes silenciadas e apagadas. Existimos! “A linha de fronteira se rompeu!” Processos identitários são reivindicados.

A universidade, enquanto lugar legitimado da pesquisa e da produção de conhecimento, também se constitui como território de desigualdades e violências de gênero. Nesse ambiente de disputas e interdições de vozes (trans)feministas, os grupos de pesquisa se tornam verdadeiras trincheiras de coletivização. Ser mulher – mãe, preta, trans, pesquisadora, indígena, caçara, quilombola, de terreiro, periférica – e ter nisso nosso centro de interesse é o que nos une. Para tanto, seguimos interconectando saberes locais e acadêmicos decoloniais na tentativa de fazer valer uma produção de conhecimento “comum” entre a experiência/vivência e a analítica. Nos encontramos em nossas pesquisas, nas mulheres com as quais dialogamos e em suas narrativas, produzidas ao longo de teses de doutorado desenvolvidas junto a corpos-políticas femininas e feministas.

Assim, este artigo busca, a partir de um assentamento epistêmico e teórico, como experiências narrativas de mulheres, em diferentes contextos brasileiros, são agenciadas pelas interseccionalidades e pela amefricanidade.

Corpo-território: as dores que habitamos e o tempo espiralar

O corpo-escritura: Maria Nascimento, a coluna Fala a Mulher e o Teatro Experimental do Negro

O movimento do *Teatro Experimental do Negro* (TEN) foi proposto enquanto espaço de resistência e reinvenção de mundo, com amplo debate ético e político sobre a participação social da população negra na formação social brasileira e sobre sua insistente inserção em lugares de subalternidade no mundo do trabalho. O TEN teve seu auge nas décadas de 1940 a 1960, e será aqui apresentado através da práxis interseccional de uma de suas cofundadoras, Maria de Lourdes Vale Nascimento [Maria Nascimento] (1924 -1995), assistente social, jornalista, ativista de movimentos sociais negros, professora. Articulista da coluna *Fala a Mulher*, no jornal *Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro*, periódico integrante das ações extracênicas do TEN, foi diretora e gerente do mesmo periódico cuja curta duração - dez números - não diminui sua importância na organização e divulgação dos debates raciais na cidade do Rio de Janeiro, então capital da república. A coluna de Maria Nascimento forma uma coleção composta de oito artigos, publicados entre dezembro de 1948 e março de 1950.

Refletir sobre movimentos de produção e sustentação de vida a partir da chave de leitura da interseccionalidade convida à rasura do parâmetro da linearidade temporal - que captura e hierarquiza as potências plurais sob um único padrão, o ocidental, para tornar contemporâneas práticas interseccionais, anteriores ao estabelecimento deste conceito. Desse modo, será usado como operador conceitual o termo “encruzilhada”, como proposto por Leda Martins (1995, 2021a) como a “possibilidade de interpretação de trânsitos sistêmicos e epistêmicos que emergem dos processos inter e transculturais, nos quais se confrontam e dialogam, nem sempre amistosamente, concepções e sistemas simbólicos diferenciados e diversos” (Martins, 2021a, p. 34).

Assim, o ativismo interseccional de Maria Nascimento será abordado tanto no tempo linear da historicidade ocidental, para localizá-la nos anos 40 e 50 do século passado, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, quanto no tempo espiralar da ancestridade, cuja “experiência acumulada do vivido assegura a transposição das *nzilas* cruzadas, das travessias transversas, mantendo a possibilidade de permanência dos seres em sua existência diferenciada” (Martins, 2021b, p. 204) para mantê-la como presença presente, habitando temporalidades múltiplas com sua práxis. Não se trata de substituir as histórias até aqui contadas, mas de sinalizar outras histórias que compuseram o movimento conhecido como *Teatro Experimental*

do Negro. Afirmamos as múltiplas vozes, combatendo os perigos de uma história única, e o poder de tomar uma única narrativa como a história definitiva (Adichie, 2019).

Maria de Lourdes Nascimento nasceu em 2 de setembro de 1924, na cidade paulista de Franca, em 2 de setembro de 1924 e fez a passagem em 23 de maio de 1995. Em Franca estudou música, aprendendo a tocar violino na juventude, formou-se no curso técnico de Contabilidade. Frequentou bibliotecas, assistiu filmes e peças teatrais. Xavier (2020), produtora recente da primeira biografia de Maria Nascimento, sinaliza para o papel político de uma família negra, como a de Maria, enquanto produtora de sentidos de cidadania, ligados a uma espécie de racialização afirmativa.

Maria de Lourdes e Abdias Nascimento eram primos, casaram-se nos anos de 1940 e mudaram-se para o Rio de Janeiro, então capital da República, passando a compartilhar o objetivo de militar pelo combate aos problemas e pela realização das aspirações dos negros. A história do *Teatro Experimental do Negro* é, habitualmente, contada sob a ótica masculina, tendo, dessa forma, enfatizado o protagonismo de Abdias Nascimento e de Alberto Guerreiro Ramos. É importante narrar Maria como uma mulher com objetivos próprios, resistindo assim à tendência falocêntrica de reduzi-la a acompanhante de cônjuge (Xavier, 2020).

Desde sua fundação, em 1944, o *Teatro Experimental do Negro* apresentava-se como um amplo movimento de educação, arte e cultura, que não se restringia apenas às representações teatrais. Um dos principais focos da atuação do TEN eram os efeitos psicológicos da chamada “patologia do racismo”, dramatizado em suas peças e trabalhados a partir de uma leitura psicossociológica, em diversas outras ações. Para o trabalho extracênico, além da edição do jornal *Quilombo*, incluía também um departamento de pesquisas e estudos, o Instituto Nacional do Negro, cujo objetivo era promover alfabetização e uma série de outras ações afirmativas, como cursos, encontros para debates, trazendo o debate racial para o cenário público.

Em sua coluna *Fala a Mulher*, Maria Nascimento produziu textos que enfatizavam a preocupação em integrar as mulheres negras na vida social e melhorar-lhes a condição de existência através de projetos inovadores centrados na experiência e nos saberes das mesmas, baseados no compromisso em ações coletivas (Xavier, 2020). Ciente da complexidade de sua proposta, de um movimento de mulheres negras ainda em organização embrionária, escreveu em sua coluna inaugural

Desta coluna conversarei com minhas patrícias de côr. Discutiremos nossos problemas [...]. E mesmo quando o debate se tornar por ventura mais acalorado, nunca devemos perder a serenidade [...]. Vamos pois conversar e atuar como pessoas que só não estão mais integradas neste século de civilização e progresso por falta de oportunidade. Oportunidade que, doravante, lutaremos por conseguir [...].

Para início de conversa vou contar um fato bem ilustrativo da complexidade dos problemas que pesam sobre os ombros das mulheres negras [...] (Nascimento, 1949, p. 8).

Escrevendo em um contexto de organização do mundo do trabalho, que se configurou na construção de um novo sentido de brasilidade, ao mesmo tempo inclusiva e seletiva - marcas da Era Vargas, de 1930 a 1945 (Santos, 2022), Maria Nascimento lança o foco para o trabalho que perpetua as relações estabelecidas no período da escravização, vivido pelas trabalhadoras domésticas, ao mesmo tempo em que mostra, com certa ironia, os dissensos presentes na sociedade brasileira.

É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça social possa existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair no serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e pós-parto, sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas, o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás [...]

Sei que os “inocentes do Leblon” podem me replicar dizendo que há muita creche, muita maternidade por aí. Mas, meus “anjinhos”, a totalidade dessas instituições se destinam aos comerciários, industriários, bancários e outras classes garantidas pela legislação trabalhista e nunca há uma vaguinha para pobres negras de forno e fogão. As creches existentes não chegam nem para um terço das crianças necessitadas. Quando são ainda de cor - pobres filhinhos de Deus, que muito racista afirma serem filhos do diabo, a situação se agrava muito mais (Nascimento, 1949, p. 3).

Nos textos de Maria Nascimento, os cuidados com a vida, a partir de um posicionamento interseccional, não se restringem à puericultura e à saúde da mulher negra trabalhadora. Considerando a importância da participação política, estimula suas leitoras:

Se nós, mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade de nossa condição de seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer política. Isto é, ingressarmos em partidos políticos, influir na elaboração dos seus programas e na escolha dos futuros candidatos a senadores e deputados, vereadores, governadores e Presidente da República. Precisamos construir um exército de eleitoras pesando na balança das urnas, usar ao máximo as franquias democráticas que nos asseguram o direito - que é também o sagrado dever cívico - de votar e sermos votadas para qualquer posto eletivo nas próximas eleições de 3 de outubro. A longa luta pela valorização da gente negra em nosso país não pode dispensar a colaboração entusiástica da mulher (Nascimento, 1950a, p. 7-10).

Os números 7 e 8 do periódico *Quilombo* trazem uma mudança simbolicamente significativa para a coluna redigida por Maria Nascimento: a mudança de nome. De "*Fala a Mulher*", a coluna passa a ser nomeada como "*Escreve a Mulher*", atestando um novo posicionamento frente ao mundo majoritariamente masculino dos colaboradores do periódico *Quilombo*. Nestes números, apresentados em um único volume, a escritora anuncia a organização do departamento feminino do *Teatro Experimental do Negro*, nomeado Conselho Nacional das Mulheres Negras, estendendo o convite à participação às mulheres brancas. Na pauta do Conselho encontravam-se: a) proteção à infância; b) ensino profissionalizante; c) amparo às trabalhadoras domésticas; d) educação, incluindo Jardins de Infância, cursos de teatro, dança, canto e música.

Longe de uma prática filantrópica, demonstra emergência na resolução de demandas pertinentes às mulheres negras, sinalizando para uma inoperância das políticas públicas para as mesmas: “Pretendemos encarar esses e outros problemas de modo eminentemente prático, efetivo, restringindo o trabalho teórico apenas ao absolutamente necessário. No Brasil, sempre se abusou dos “planos” que nunca ascendem à categoria de realidade” (Nascimento, 1950b).

Maria Nascimento cumpriu, muito antes do desenvolvimento dos conceitos de feminismo ou de interseccionalidade, o papel visionário preconizado por bell hooks:

Um objetivo fundamental do feminismo visionário era criar estratégias para mudar o destino de todas as mulheres e aumentar o poder individual. Para que isso fosse feito, no entanto, o movimento precisava ir muito além da pauta de direitos iguais e começar com questões básicas como campanhas pela alfabetização que atingiriam todas as mulheres, mas principalmente mulheres de grupos mais pobres (hooks, 2018, p. 158).

Muito há que se pesquisar sobre Maria de Lourdes Vale Nascimento. Em um tempo espiralar, enquanto ancestre, Maria convida e ensina a ter coragem de avaliar a vida do ponto de vista interseccional, para que possamos entender nossa posição dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca (hooks, 2018), mas, principalmente, a olhar a história das mulheres negras pela potência de suas ideias abundantes, mostrando como estas fazem uso criativo dos recursos à sua disposição, empregando-os na produção de vida de suas comunidades.

Narrativas digitais de mulheres cis, trans e travestis nas batalhas de rima

O Movimento Hip Hop, na figura das *batalhas De Rap*, ao incluir efetivamente mulheres - racializadas, trans, travestis e cis e, em especial, as mulheres negras - nos espaços de produção cultural, ressignifica estruturas de exclusão e nos permite não mais deixar apagar processos identitários que expressam através das rimas, a ancestralidade, os sistemas de crenças, as resistências e os posicionamentos políticos, entre outros.

Quando posicionamos a negritude por meio de suas intelectuais, demarcamos territórios políticos e identitários por essas mulheres ocupadas por via da resistência do seu papel intelectual em uma sociedade racista. Justamente por isso não é possível falar de interseccionalidade sem falar dos corpos negros de mulheres que contribuíram para a construção teórica e metodológica que fundamenta uma prática antirracista, de forma que pensadoras intelectuais racializadas possam pensar e agir uma sensibilidade analítica em seus territórios, assim possibilitando uma prática descolonial/decolonial.

O Hip-Hop, ao se estabelecer essencialmente pelas ruas e periferias dos centros urbanos, sofreu (i)numeráveis obstáculos, entre eles, as violências por parte do Estado, os conflitos armados no próprio território e as proibições artísticas culturais. Vemos que adolescentes, jovens e adultos periféricos encontram nas batalhas de MC's, um lugar de entretenimento, de lazer, de sociabilidade e também de um fazer político; pois, ao instituir

uma atividade cultural local, modificam o lugar de fala periférica frente aos silenciamentos e apagamentos históricos.

Aqui gostaríamos de trazer experiências femininas e feministas das batalhas de rimas, que envolvem mulheres (cis, trans e travestis) neste mundo marcado por identidades masculinizadas e muitas vezes machistas. Algumas narrativas aqui permitem uma análise das permanências dessas produtoras culturais em seus antigos lugares de produção e inserção em novos campos, sejam eles presencialmente nas batalhas, sejam eles no campo digital. As músicas, as rimas e os improvisos de mulheres racializadas posicionam e localizam sentimentos compartilhados por elas, uma vez que os (des)afetamentos do patriarcado e do racismo, impõe e, por vezes, (incontáveis), (de)limitam os espaços que podem ser ocupados. Ao acompanhar o posicionamento dessas mulheres pelas mídias sociais (Youtube, Instagram e grupos de WhatsApp) é possível enfatizar as denúncias das violências enfrentadas pelas vias do racismo, sexismo e machismo. Suas falas evocam a possibilidade de escuta, estranhamento e reconhecimento. E, para aqueles que não estão atravessados pelos fatores raciais, isso permite exercer a alteridade e a empatia, fundamentais para (re)definir pensamentos, ações e interações.

Por meio da enunciação criativa, intervir junto ao grupo nas demandas identitárias, ainda posicionada como demanda marginal, tem sido um lugar de escuta e produção de narrativas importantes. No Brasil, antes mesmo da pandemia, muitas atividades culturais já estavam sendo desenvolvidas em contextos digitais. No entanto, a periferia pouco participava desses espaços públicos que geram arte nas ruas.

As linguagens sociais e algorítmicas são/estão estruturadas no patriarcado (machista, sexista e racista) e, como dito anteriormente, amalgamadas à constituição dos afetos, sendo passíveis de análises por meio das (re)produções nas mídias que são/estão contínuas nas falas de apresentadores das batalhas pouco assertivas e inclusivas, nas rimas violentas e deslegitimadoras e nos comentários agressivos e humilhantes. Essas violências de gênero e todas as outras são passíveis de acesso, visualizações, interações, prints e compartilhamentos em diferentes mídias sociais. Por isso, compreendemos ser importante refletir as desigualdades e as discriminações sociais (re)produzidas como denúncias nas músicas das Rappers e MC's como forma de subversão narrativa das mulheres racializadas.

Os movimentos sociais pautados na emancipação feminina, na conscientização das segregações de gênero, raça e classe, na produção intelectual periférica e na militância LGBTQIAP+, emergem em um contexto de luta, resistência e subversão por meio da escrita, da palavra, do fazer poesia e do vivenciar a arte em contextos urbanos e rurais, que geram um novo tipo de diálogo social que potencializa vozes de mulheres periféricas e provocam reação

naqueles que transformam os lugares que ocupam pelo poder de (re)existir (Akotirene, 2019; Davis, 2016; Jesus, 2013, 2014).

As avenidas identitárias construídas por meio de repetições, atingimentos de cruzamentos e sobreposições precisam ser devidamente analisadas por meio da utilização de todos os sentidos aparentes para compreender a complexidade em existir de mulheres racializadas em suas diversas sexualidades, geografias corporificadas e marcações subjetivas, capitalísticas ou não.

A Rapper e MC Serena constrói uma denúncia social, quando enuncia:

Dona Ana me ensinou a odiar vitimismo, era servente de pedreiro, foi faxineira, hoje é formada. Acha que é no Facebook que eu conheço o feminismo, faz textão quem não garante a capivara da quebrada.

Nessa frase, a MC Serena posiciona a luta cotidiana das mulheres racializadas para desocuparem os lugares impostos pela subalternização “*era servente, foi faxineira*” e, conquistarem espaços que antes eram negados “*hoje é formada*”, representa o aprendizado das (mal)ditas minorias que têm suas referências marcadas pelo cotidiano “*acha que é no Facebook que eu conheço o feminismo, faz textão quem não garante a capivara da quebrada*”, pelo acesso negado aos meios de comunicação, mídias sociais pelas dificuldades econômicas enfrentadas no cotidiano que limita o acesso à rede de internet.

Na música *Matriarcado* a Rapper Lili Black diz:

A Dona Amélia me ligou, enfim, ela engavetou aquele sujeito que tinha medida, a tal protetiva não adiantou, se não fosse ele seria ela, hoje segue livre mesmo com sequelas. Quer um exemplo que a justiça é falha? liga 180 e pergunta pra Elza.

A letra de Lili Black faz referência a música de Elza Soares, quando a cantora ativista diz: “*cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180, vou entregar teu nome e explicar meu endereço, aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço e joga água fervendo se você se aventurar*”.

Já a MC Subúrbia ao se referir às constantes explorações territoriais faz referência direta aos sentidos atribuídos pelo patriarcado no controle de corpos, pensamentos e natureza. Ela canta: “*tem dado para ver como o ser humano é mau, matando os bichos soltos e o fogo no pantanal*”. Por conta das queimadas muitos animais morreram e o pantanal foi atingido severamente no ano de 2020, reflexo das políticas de extermínio que se aproveitaram do cenário de crise sanitária para avançar sobre os territórios indígenas e a diversidade natural do centro-oeste, pois, tal qual diria Soulra: “*a escola não ensina a riqueza da minha gente, a história minimiza educação contingente, pele parda, mano e mina, seguiremos resistentes, pele preta, melanina nos corres independentes*”. Assim como Labrysa, Rapper racializada completaria: “*não existe corrente que prende minha mente*”, mas existe a exploração da

biodiversidade que condena nossos corpos, tal qual o machismo que se “*diz que tem pegada forte, mas só pega mina a força*”.

Diante destas falas, acreditamos que a ferramenta teórico-epistemológica da interseccionalidade dos estudos feministas contribui ativa e efetivamente para a desconstrução da colonialidade nos modos de pensar e agir a cultura intelectual periférica marginal. Há que se continuar colaborando para a demolição de estruturas fóbicas, seguir *agindo* por meio de posicionamentos (micro) políticos, acadêmicos e culturais (Davis, 2016).

Entendemos que “o rap é compromisso, não é viagem” e, por isso, tem capacidade de provocar rupturas e promover construções para uma educação não formal transformadora que repense e reaja contra as estruturas instituídas na constituição dos afetos indissociáveis das violências de gênero. Movimentos da cena do rap nacional como as Rappers Serena MC, Lili Black, Subúrbia, Soulra, Candelária e Labrysa estão ativas e efetivas nos movimentos do Mato Grosso do Sul, combatendo as segregações geradoras de exclusão pela união da diversidade de gênero (mulheres racializadas(es), travestis, trans, não-binárias e intersexo) e sexual (lésbicas, bissexuais, pansexuais e assexuais) e, também, pela função acolhedora(e) e inclusiva das vivências e trocas de afetos revolucionários que promovem cuidado e empoderamento.

Mulheres do mar - pescadoras e rendeiras da Costa do Sol

O litoral do estado do Rio de Janeiro, ainda que venha sendo sistematicamente invadido e ocupado por movimentos de especulação imobiliária e turismo predatório, é também composto por comunidades que ali permanecem apesar de tais intenções capitalistas, apoiadas em práticas tradicionais. São comunidades de pesca, agricultura familiar e artesanias manuais.

Também nas comunidades caiçaras, assim como em outros ambientes, a questão de gênero está colocada. A pesca artesanal e as artes manuais relacionadas às comunidades caiçaras, embora sejam retratadas costumeiramente como práticas ocupacionais masculinas - envolvendo desde a pesca em si até a construção das embarcações e das redes - têm também a face e o suor das mulheres do mar.

Trabalho, arte e tradição: a resistência das Rendeiras de Bilros de Arraial do Cabo

As mulheres rendeiras de bilro são resistências serenas e constantes na região da Costa do Sol, em especial na região de Arraial do Cabo, Rio de Janeiro. Muitas pesquisas sobre as rendas de bilros no Brasil já foram feitas (Brizola; Bieger; Carvalho, 2015; Matsusaki, 2016; Silva, V.; Perry, 2018, apenas para citar algumas), porém poucas são as que se dedicam a olhar para o tema sob a perspectiva da memória e resistência dessas mulheres.

No campo da psicossociologia, os sentidos de comunidade se caracterizam como recursos comunitários para atravessar situações de conflitos, necessidades e demandas comuns, bem como de convergência em situações de celebração e conquistas. Entende-se por sentidos de comunidade aquilo que faz com que os membros de uma comunidade se sintam pertencentes a ela e também importantes para ela, além da compreensão de que suas necessidades serão satisfeitas a partir do acordo de estar juntos (McMillan; Chavis, 1986).

As rendeiras, as tecelagens e a produção intergeracional de memórias atravessam as vidas femininas nos coletivos caiçaras pelo eixo sutil das experiências de vida e memórias ancestrais, fortalecendo as jovens mulheres pela afirmação de um passado que não se permite apagar, e pela promessa de um futuro garantidor de lugar, voz e existência.

A renda de bilros é uma atividade artesanal têxtil, típica de regiões costeiras e que costuma ser encontrada junto a comunidades pesqueiras. Além disso, trata-se de uma prática quase exclusivamente feminina que exige delicadeza, paciência, habilidade e muita força de resistência e luta. Nos dias de hoje, porém, são poucas as mulheres que ainda se dedicam a esta atividade em Arraial do Cabo. De acordo com o documento “As guardiãs das rendas – rendeiras de bilros no estado do Rio de Janeiro”, em 1978 viviam na cidade de Arraial do Cabo cerca de 25 rendeiras de bilros, (Zaluar; Pimentel, 1978), atualmente a cidade conta com 3 rendeiras assim autointituladas (Vasconcelos, 2021).

A atividade de tecer rendas na região de Arraial do Cabo teve início como recurso comunitário para produção de vestimentas para as próprias famílias, e reunia as mulheres durante o período em que os homens estavam longe, muitas vezes em alto mar. Esse recurso serviu, ao longo da história, para fortalecer esses grupos de mulheres, produzindo estratégias coletivas de enfrentamento aos diferentes problemas. Ainda que não tenham recebido esse reconhecimento, também nos tempos em que não havia pescado suficiente, a costura e a renda, juntamente com subprodutos da pesca (como a salga de peixes, a cata de mariscos e crustáceos), sustentaram as famílias e as comunidades caiçaras.

As rendeiras de Arraial do Cabo atualmente são trabalhadoras do lar que fazem rendas de bilros tanto como lazer quanto pela manutenção da tradição. Há cada vez menos pessoas que ainda sabem fazer rendas de bilros em Arraial e, o mais preocupante, cada vez menos jovens interessadas em aprender a técnica. Embora as rendeiras de Arraial do Cabo possam fazer das rendas uma prática de coletivização, ajuntamento e resistência feminina, desejando servir de inspiração para as novas gerações, esta não tem sido uma realidade refletida na prática cotidiana da comunidade.

A atividade da renda já não é mais tomada como profissão pois, em Arraial do Cabo, é praticamente impossível se sustentar financeiramente com esta atividade. Embora seja uma

atividade extremamente trabalhosa, cujo tempo da feitura é bastante longo, indo contra a lógica neoliberal e o modo de produção capitalista, o valor de venda não reflete todo o processo, sendo um produto desvalorizado se comparado ao investimento de tempo e saberes. As peças, por serem produtos artesanais caixaras, recebem menos reconhecimento do público consumidor, diferente do valor agregado a produtos industrializados produzidos em larga escala. Por outro lado, é uma atividade que se sustenta nos rastros e nas memórias, e se tece diariamente como resistência e como modo de existir dessas mulheres. Historicamente, sempre foi um desafio vender as peças por preços justos. Essa desvalorização aumentou com o grande acesso aos produtos industrializados, produzidos em larga escala e distribuídos a preços baixos. Por este motivo, existe pouco interesse das novas gerações pelo aprendizado e produção das peças.

Em Arraial do Cabo, a renda de bilros ao longo dos anos sofreu considerável falta de interesse sendo cada vez menos procurada, tanto como objeto de decoração quanto como vestimenta.¹

Sob a perspectiva da interseccionalidade, para além da questão monetária, a questão de gênero pode ser vista como um limitador no processo de reconhecimento do ato de render como uma profissão, um ofício socialmente e economicamente reconhecido. As relações de gênero geram um processo de formação de identidade historicamente e socialmente construído, e isso contribui para a criação de uma identidade forjada que se estrutura ao longo do tempo com base em imagens estereotipadas. Tais imagens têm caráter regulamentador e são impostas inicialmente pelas relações familiares e acolhidas coletivamente como algo “natural”. No que diz respeito a esse fato, Bosi (2003, p. 117) postula: “O estereótipo nos é transmitido com tal força e autoridade que pode nos parecer um fato biológico”.

Sobre o processo de render, Lessa (2011) defende a existência de um vínculo entre o ato de tecer e a expressão feminina e afirma que a tecelagem é um meio de se comunicar essencialmente feminino. A construção identitária que se deu ao longo das trajetórias de vida das rendeiras que fazem parte deste estudo, assim como a de suas mães e avós, tem raízes sobre valores e costumes baseados no mito da feminilidade que, por sua vez, se estabeleceu através de um sistema de dominação social que está relacionado com um modelo de vida patriarcal tradicional, no qual a mulher, por sua condição biológica, estaria submetida a um destino baseado em uma tradição que prevê seus costumes e comportamentos. Tal construção impõe à mulher os trabalhos domésticos e coloca o ato de render dentro dessa esfera, impedindo, ou ao menos dificultando, que ela se torne uma atividade economicamente rentável.

¹ Essa não é uma realidade de todas as localidades brasileiras que têm a renda de bilros como uma tradição. Em Morros da Mariana, localizada no município de Ilha Grande - PI, por exemplo, a atividade deixou de ser apenas uma atividade tradicional vinculada ao papel social da mulher e uma ocupação para o tempo ocioso para se tornar um ofício, que representa uma importante fonte de renda para as mulheres da região, graças à fundação da Associação das Rendeiras e ao apoio do SEBRAE à Associação, um ano depois de sua fundação.

O trabalho feminino é desvalorizado em diferentes esferas, o que pode ser confirmado quando se observa os salários perceptivelmente menores que recebem as mulheres em relação aos dos homens que desempenham as mesmas funções. Além disso, a desqualificação está presente também no não reconhecimento numa esfera mais subjetiva, que não passa pela remuneração apenas, mas no valor social da atividade e de seu produto. Essa desvalorização ocorre também na esfera privada. O trabalho de dedicação doméstico, o qual a filósofa italiana Silvia Federici (2017) conceituou como “trabalho reprodutivo”, embora tenha um grande significado para o bem-estar do ser humano, não possui caráter mercantil e é desvalorizado pela sociedade, que dele depende para se reproduzir. A desvalorização é tanta que esse trabalho sequer chega a ser reconhecido como tal, e essa ideia é sistematicamente repetida de tal forma que faz com que as mulheres acreditem que não estão aptas para serem reconhecidas e valorizadas por trabalhos que venham a desempenhar. Toda essa construção acerca do trabalho das mulheres, somada ao fato de que as rendas não são valorizadas em termos econômicos, ou seja, são poucas as pessoas que se propõem a pagar o que elas valem, influencia diretamente na maneira como essas mulheres passam a se ver, a se reconhecer. Elas se sentem desvalorizadas e não enxergam valor em seu trabalho.

Tradicionalmente o trabalho artesanal manual é relacionado ao fazer feminino, o que, de acordo com Barbosa e D’Ávila (2014), faz com que a mulher conviva constantemente com a naturalização de “papéis sociais” sexuados e desiguais. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) atestam que essa forma de divisão do trabalho tem dois princípios organizadores:

[...] o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie.

No caso das rendeiras em questão, o “destino natural”, no que diz respeito ao trabalho, é realizar tarefas domésticas, como cuidar, lavar, cozinhar, organizar e fazer rendas como uma “distração” que eventualmente pode gerar uma renda extra para complementar o orçamento da casa, nunca tendo sido uma atividade principal geradora de renda.

A questão aqui não é sobre o artesanato em si, posto que esse, por si só, gera sentimentos positivos e de satisfação nas artesãs. Elas se sentem bem e capazes ao tecer rendas. Possuem admiração pelo seu trabalho. Porém não se sentem admiradas e valorizadas para fora do seu grupo e isso gera uma sensação de desempoderamento, já que também não vivenciam esse reconhecimento em casa, no lar, por parte da família. Para a maioria das pessoas o trabalho artesanal é algo inferior, ou nem chega a ser considerado trabalho, já que não é remunerado na

maioria das vezes. Por outro lado, para elas, as rendeiras, o produto de seu trabalho parece tão especial que elas mesmas pouco fazem uso dos objetos resultantes de seu trabalho, existe um paradoxo aí: elas reconhecem seu trabalho como algo de extremo valor, e a prova disso é que, em suas narrativas, é possível perceber um certo status no saber rendar, no entanto, se sentem tão desvalorizadas que não se sentem dignas de usar algo tão valioso.

Profissão: pescadora - a interseccionalidade das mulheres da pesca em Arraial do Cabo

Assim como as rendeiras, outro grupo de resistência nessa região são as mulheres que protagonizam iniciativas na atividade pesqueira artesanal, sustentando memórias e tradições com base nas narrativas de suas práticas, seus fazeres na pesca e as confluências advindas dos entrecruzamentos contemporâneos.

Apoiadas pelo fazer científico psicossocial, destacamos depoimentos para compor uma discussão à luz da análise interseccional crítica, nascida do compromisso com a justiça social (Collins; Bilge, 2021). O crescente lugar ocupado pelas mulheres no setor pesqueiro artesanal, resulta do esforço contínuo de gerações de mulheres na luta pela sobrevivência, continuamente atravessada pelo modelo capitalista/ colonialista/ patriarcal. Nessa luta estão embutidos os esforços pessoais e coletivos das mulheres da pesca, assim como as discussões sobre a temática feminista, e particularmente das mulheres pescadoras na aquisição de direitos e justiça social. O exemplo das mulheres do Arraial do Cabo, no litoral do Rio de Janeiro, ilustra esse caminhar. Sua organização e ampliação das discussões iluminam possíveis caminhos nas brechas do árido sistema de trabalho da pesca artesanal, consolidado historicamente pelas interposições da nação (políticas públicas), da desigualdade social e da questão de gênero. Conclui-se que no Arraial há um contexto em que o lugar da mulher na pesca construiu uma força de resistência e de fugas aos modelos impostos durante gerações.

Historicamente a pesca artesanal foi identificada como uma atividade masculina, bem como seus fundamentos, práticas, modificações e desafios. Tudo foi protagonizado pelos homens, os pescadores. De acordo com dados da FAO, em 2006 não era possível ter uma visão abrangente do trabalho feminino na pesca, mas em 2018, as estatísticas disponíveis da atuação feminina no setor apontaram 14% de mulheres e, nas Américas em 2020, elas ocuparam quase 25% da força de trabalho (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION [FAO], 2020). Embora haja notório crescimento, sobretudo, nas atividades pós desembarque, ou seja, do beneficiamento à comercialização, pouco se conhece das suas memórias e experiências devido à reprodução na pesca da lógica da modernidade: capitalista, colonialista e patriarcal, em que às mulheres foram designados os trabalhos reprodutivos e aos homens os trabalhos produtivos.

A temática da mulher ganhou destaque desde a crítica ao sistema patriarcal, seus estereótipos por trás da separação das esferas doméstica e pública, em que assim como a Natureza, a mulher é vista como objeto, até ao aprofundamento das discussões em torno do imaginário e das narrativas para ultrapassá-los. Suas primeiras manifestações nos anos 70, ocorreram na 1ª conferência Feminista denominada “Mulheres e vida na terra” (1980, EUA) em que foi discutido o feminismo, ambientalismo e militarização, assim como as investigações femininas que buscavam por justiça social, pela saúde ambiental e social. Esses temas são ampliados até hoje nas análises interseccionais contemporâneas com Vandana Shiva, Donna Haraway, Vinciane Despret, Silvia Federici, Hannah Arendt, Marie Mies, De La Cadena, Patrícia Collins.

Na pesca artesanal o cruzamento entre nação, desigualdade social e gênero são importantes índices à medida em que a política pesqueira nacional está voltada prioritariamente para a pesca industrial, deixando à margem o setor pesqueiro artesanal. Resulta-se disso a falta de planejamento do setor, a redução do estoque pesqueiro, a sobre pesca, e a poluição dos mares (Pavan; Montysuma, 2019; Silva, A., 2014). A lógica histórica do progresso, do desenvolvimento, da produção, da industrialização e da sobre-exploração dos recursos naturais resultam em pobreza e exclusão, em deslocamentos geográficos e das subjetividades, fissuras nos modos de viver das comunidades e grupos sociais, readaptação e reinvenção dos modos de viver em condições piores do que as anteriores. Na perspectiva da análise interseccional evidencia-se, afora as questões de gênero decorrentes do patriarcalismo estrutural, aquelas relacionadas à desigualdade social e à justiça social. São intersecções advindas do modelo capitalista e de nação (políticas governamentais) (Collins, 2021) que desenvolveram na prática pesqueira artesanal uma cultura balizada em parâmetros que mantiveram secularmente o trabalho feminino tolhido.

Nos últimos 40-45 anos, pesquisadoras feministas e de gênero fizeram contribuições significativas para o campo das ciências sociais, o que somou nas construções sobre a importância do gênero na compreensão das interações humanas dentro das comunidades costeiras. Apesar da histórica insuficiência documental, os esforços para essa superação em todo o mundo, apontam que a atividade feminina na pesca artesanal compõe com a renda e no abastecimento dos núcleos familiares, na manutenção da tradição do ofício e com o ecossistema marinho (Alonso-Población; Siar, 2018; FAO, 2020; Frangoudes; Keromnes, 2018). Intrínseco a isso, a produção de suas subjetividades move-se entre a diversidade das estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercados de trabalho, moradia, educação e saúde, e o patriarcalismo engendrado nos fazeres da profissão. Mulheres e gênero na pesca são tópicos globais críticos. Trazer essa questão contribui para reforçar a presença social das mulheres na

pesca artesanal, suas práticas comunitárias, sua participação e resistência na manutenção da pesca, do ecossistema marinho e no fortalecimento dos laços sociais.

Nessa via, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica (Collins, 2021) nos ajuda a divisar as brechas por onde o crescente lugar de destaque nas lutas e resistências sociais e territoriais produzem “vozes pessoais e, ao mesmo tempo, coletivas” que se anunciam em diferentes instâncias, em uma luta concreta e consensual das mulheres nos seus territórios (Svampa, 2019). Uma luta pelo espaço na atividade pesqueira e no alargamento das fronteiras da igualdade. Subjaz nesse percurso a dimensão dos diferentes vínculos estabelecidos na realidade de quem luta, ocupando lugares sociais, muitas vezes, historicamente “proibidos”. Em seu enfrentamento contra a lógica de dominação que se aplica às mulheres, bem como à natureza, as ecofeministas pedem a adoção de novas relações, não-hierárquicas e não-dominantes (Pinheiro; Machado, 2020).

A premissa social de que mulheres não pescam (FAO, 2020), está na pauta de discussão das mulheres da pesca de Arraial do Cabo, cidade litorânea do estado do Rio de Janeiro. Tais discussões da vida cotidiana de associações, cooperativas e grupos locais.

Destaca-se que uma das suas principais lutas é retirar o trabalho das mulheres do papel secundário na atividade. A autodenominação de “pescadora” como principal atividade tem sido apropriada, não obstante às dificuldades e obstáculos vividos nos meios sociais e familiares, como acentuado na narrativa de Tieta (2021), pescadora:

Eu me reconheço como pescadora, a pesca fez parte do meu caminhar até aqui. Eu gosto, fez parte da minha história, me ajudou fundamentalmente e eu sou apaixonada pelo mar. O mar e a pesca estão na minha vida. Então me considero pescadora sim!

A esse autorreconhecimento, soma-se a articulação do pensamento social na vida dos grupos, nas narrativas das lideranças, nos posicionamentos em reuniões internas dos grupos com pesquisadores, representantes do poder público e partícipes de outras instituições. Suas vozes somam-se, ecoam e atuam consistentemente em prol da afirmação da presença da mulher na pesca artesanal e o estímulo à ocupação de um lugar social existente e axiomático desde o passado

Os homens antigos não deixavam você fazer parte da pesca, entendeu? Então eu fui a primeira a cair na água aqui em Figueira. Eu fui a primeira a cair na água, porque eu sempre cuidei de ficar na pescaria com meu pai, meus irmãos e depois com o meu marido. (Valdelira, entrevista filmada, Figueira 2019).

Em decorrência de tais posicionamentos e discussões, a provocação do debate para a necessidade premente de soluções na aquisição de direitos como trabalhadoras da pesca e da potencialização de suas aspirações e ações concretas convidam ao respeito mútuo, ao trabalho cooperativo e equânime no setor pesqueiro artesanal.

Os objetivos, impedimentos, conquistas e avanços das mulheres do Arraial do Cabo são igualmente atravessados pelos princípios das lutas denominadas feministas, pelos atravessamentos contemporâneos, mas sobretudo no labor pela subsistência. Ainda que elas não se autodenominem feministas, o percurso dos grupos instituídos em cooperativas e associações, assim como no trabalho individual, todas seguem na busca e conquista da igualdade de gênero no ambiente pesqueiro artesanal.

A gente tá fazendo um serviço que era só dos homens um tempo atrás, né?

(Eliane, entrevista filmada, Monte Alto, 2019).

Os homens não vêem nós mulheres como pescadoras, é difícil, na lei está lá, mas na prática não funciona muito. Então os homens não respeitam a gente como pescadoras. Porque os homens sempre falam do homem e associam a gente ao homem. Então a gente tem que conquistar nossa documentação e lutar pelo nosso espaço. As artesãs não se vêem como pescadoras, mas ela é sim uma pescadora indireta, mas é difícil na nossa comunidade entenderem isso. Então a gente nas reuniões, a gente reforça isso para a gente mesma, porque uma coisa é a lei que reconhece como direta e indiretamente, outra é (o reconhecimento) no lugar em que a gente vive. (Luciana, entrevista filmada, 2021)

Esse conjunto de condições (financeira, trabalhista, cultural, social) perpassa o cotidiano das mulheres na atividade pesqueira. Daí a importância das articulações pessoais para assumir seu papel de pescadora, assim como as articulações coletivas na criação de associações e cooperativas, como no caso do Arraial do Cabo que atualmente possui 03 grupos constituídos em sua maioria por mulheres (2 cooperativas e uma associação). Ao todo são mais de cem mulheres organizadas com atuação direta no contexto da atividade pesqueira artesanal. Nesses grupos elas são incentivadas e ajudadas a buscarem os seus direitos como pescadoras, junto à Colônia, na obtenção do Registro Geral da Pesca (RGP), documento oficial de profissional da pesca, emitido pelo Ministério da Agricultura federal, que permite o recebimento de benefícios como o Seguro Desemprego (SD) e a aposentadoria. Além disso, promovem ações para geração de renda e aperfeiçoamento das artes da pesca, artesanato e beneficiamento do pescado.

Nesse sentido, é importante destacar a importância da Colônia de Pescadores no reconhecimento e contribuição na luta pelos direitos sociais das mulheres que atuam na atividade. É através dela, como ferramenta social, que é possível dar concretude trabalhista/oficial à ação feminina na atividade, no acolhimento e legitimação às suas conquistas, ao cadastrá-las, informá-las e propor pautas de discussão sobre o tema. No entanto, é notório que muitas dessas articulações, nem sempre promovidas pelas Colônias, resultam de ações, ora coletivas, ora individuais, das mulheres que muitas vezes promovem práticas sociais importantes nos seus grupos e comunidades pesqueiras.

O contexto social das pescadoras de Arraial do Cabo ilustra o contexto da pesca artesanal como um todo no Brasil. A interseccionalidade auxilia na compreensão de que a dificuldade histórica das mulheres ao acesso aos direitos trabalhistas, ao lugar de pescadora na cultura da pesca constitui-se por uma gama de interações entre diferentes categorias de poder. Por outro lado, as mulheres no Arraial do Cabo encontram, paulatinamente, desde suas ancestrais, brechas nas fissuras áridas do cotidiano e conquistam, paulatinamente, o autorreconhecimento como pescadora, a possibilidade de organização em cooperativas e associações, ampliam os debates e discussões e fortalecem suas ações na atividade na busca por justiça social.

Para nunca parar de tecer, interceder, interseccionar – à guisa de considerações

Nossas pesquisas narram vivências de mulheres racializadas (Negras, Quilombolas, Indígenas, Periféricas, Escritoras, da Pesca, pobres, Mães solo, de Terreiro, Gordas, Ribeirinhas, do Campo), informam saberes locais, que se expressam nos lugares de fala ocupados por elas, em diferentes contextos, tempos e territórios.

Assim, ao tomarmos a experiência como ponto de partida para revelar saberes e lugares que as mulheres ocupam socialmente, torna-se urgente levarmos em consideração a conjunção das relações de poder, de sexo, raça e de classe, ou das interseccionalidades, pois a posição de poder nestas relações, muitas vezes, aparece dissimétricas (Hirata, 2014).

Hirata (2014) afirma que, para pensarmos as interseccionalidades, faz-se necessário aprofundarmos no “conhecimento situado” ou de “perspectiva parcial” da epistemologia feminista, segundo a qual a produção de “verdades” incorporou visões de mundo de pessoas que criaram a ciência, sustentada em normativas cisheteropatriarcal.

Assim, usar as lentes das interseccionalidades para olhar o mundo e a estrutura patriarcal que se sustenta, além de ser um ato de desobediência epistêmica, se figura, como afirma Collins (2019), como um “projeto de conhecimento” e uma arma política, pois há um deslocamento das populações racializadas e, juntamente com elas, toda a produção intelectual desenvolvida por mulheres, fora do eixo epistêmico eurocentrado excludente.

As discussões trazidas aqui representam e posicionam muitas vozes, antes silenciadas como existentes e resistentes, nas quais as histórias das colonizações não são mais contadas apenas pelo ponto de vista de seus colonizadores - machos e brancos. O sujeito colonizado toma para si o lugar de fala, lugar no qual as histórias das populações racializadas têm importância e são formadoras de vivências dignas de serem contadas por nós, que as experienciamos e experimentamos.

Percorremos todo o texto desfiando e afiando nossas intercessões junto a ideia das interseccionalidades como uma categoria imprescindível para o feminismo negro, pois tal ideia

nos traz questões que são de várias ordens - as opressões raciais, patriarcais e de gênero. Lélia González (2020) cunhou a categoria epistemológica amefricanidade, inserida na perspectiva pós-colonial, para se referir tanto à diáspora negra quanto o extermínio da população indígena das Américas, recuperando histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. A autora se aproxima tanto naquilo que Aníbal Quijano (2000) defendeu como a “colonialidade do poder” ou do que María Lugones (2008) afirma como “sistema moderno/colonial de gênero”. Tanto González quanto Lugones se aproximam e se conectam de formas similares no que se refere as interseccionalidades como apostas políticas e epistêmicas para combater as violências estruturais.

A amefricanidade, portanto, devendo ser lida a partir da interseccionalidade como refletido por Akotirene (2019, p. 21-22):

A amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez, na década de 1980 e, em seguida, a abordagem decolonial, consolidada nos anos 2000 de modo cabal, através de María Lugones, pensadora argentina, criticam a postura missionária da civilização ocidental- metodologicamente interseccionam as estruturas de raça gênero e sexualidade, nação e classe, estabelecendo coro latino-americano contra o colonialismo, imperialismo e monopólio epistêmico ocidental. [...] Nesta direção, a biografia de Lélia Gonzalez, da Coleção Retratos do Brasil Negro, produzido por Alex Ratts e Flávia Rios, utiliza o tom feminista negro para apresentar Oxum, orixá regente da pensadora, nacionalidade, gênero e classe movimentando a textura intelectual não linear, não objetiva e não neutra da interseccionalidade, revelando arranjos ancestrais do ponto de vista de Lélia Gonzalez, sobretudo na década de 1980.

A amefricanidade se apresenta pela necessidade de ressignificar aspectos culturais a partir de uma resistência a devastação cultural, territorial e ideológica do colonialismo, ou seja, a amefricanidade funciona como uma expressão diaspórica, uma vez que intersecciona diferentes concepções não-ocidentais, tais como a diáspora africana, cosmopercepção, ancestralidade, religiosidade e a temporalidade dos acontecimentos como não linear, todos esses fatores são necessários para a compreensão de uma sociedade racializada que tem em sua composição a transculturalidade, ultrapassando os sentidos conhecidos de intersecções e disposto a ultrapassá-las, a cada vez que, visto que nossos olhares podem, ainda, estar desatentos a toda complexidade existentes no colonialismo.

Por sua vez, é preciso pensar a interseccionalidade como conceito-ferramenta que opera realidades frente a urgência de práticas antirracistas, ressignificando o que entendemos como o pensamento feminista ocidental, que desde a sua organização até os discursos atuais pouco e/ou nunca esteve interessado em contemplar as condições políticas, sociais, econômicas e raciais enfrentadas pelas mulheres negras.

A inalterabilidade do feminismo branco, movimento antirracista e instâncias de direitos humanos, se deve ao fato destes, absolutamente, encontrarem dificuldades metodológicas práticas na condução das identidades interseccionais. Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade –

elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais (Akotirene, 2019, p. 35).

Portanto, para um feminismo negro situado, falar de interseccionalidade e amefricanidade contribui para desconstruir práticas discursivas, propondo outras epistemologias às corpos-políticas, cujas tessituras em rede permitam afirmar outras vias identitárias sustentadas na igualdade política, racial, econômica e de gênero. Que novas corpos possam (re)existir em mundos outros!

As opiniões e os conceitos emitidos são de inteira responsabilidade das autoras.

Sobre as autoras

Samira Lima da Costa

<http://lattes.cnpq.br/1253895144833105>

Atualmente é professora Associada IV do Departamento de Terapia Ocupacional (FM/CCS) e vice superintendente de Saberes Tradicionais da UFRJ. Tem atuado, lecionado, orientado e pesquisado sobre as relações entre memória, território, tradição, comunidades e ocupação. Desenvolve atividades voltadas para conhecimentos tradicionais, tanto de povos originários do Brasil quanto de povos de outras referências não-ocidentais (especialmente sabedorias milenares de Ásia e África). Áreas de interesse: Psicossociologia Comunitária; Terapia Ocupacional Social; Políticas Públicas Sociais; Ocupações Tradicionais; Papel social da universidade. Possui graduação em Terapia Ocupacional (1995), especialização em Saúde Pública (1996) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2000). É doutora em em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007) e pós doutora em Antropologia pelo PPGAS da UnB (2017/2018). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (IP/CFCH) da UFRJ (2022/2023). Foi Professora na Universidade Federal de São Paulo entre 2008 e 2014. É líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis, DGP/CNPq/UFRJ e do Grupo de Pesquisa PRAJNA: Sabedorias Silenciosas e Ecoespiritualidade, DGP/CNPq/UFRJ. Participou da concepção do artigo e de sua estruturação, sistematizou as ideias das demais autoras e liderou a discussão e redação do artigo, bem como sua revisão em todas as etapas.

Beatriz Akemi Takeiti

<http://lattes.cnpq.br/7350700223254990>

Graduada em Terapia Ocupacional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCCAMP, em 2000. Mestre em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, em 2003 e Doutora pelo mesmo Programa (2014). Foi docente do Centro Universitário São Camilo (2011-2012). Atualmente é Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ) e docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina, UFRJ. Líder do grupo de pesquisa: Laboratório de Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis, DGP/CNPq/UFRJ, atuando como pesquisadora desde 2018, pesquisadora dos grupos de pesquisa Terapia Ocupacional e Cultura, DGP/CNPq/UFRJ desde 2017 e do Núcleo Interdisciplinar na Infância, Adolescência e Juventude (NIAJ) desde 2020. Atualmente, tesoureira da Associação Nacional Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras da Juventude Brasileira (REDEJUBRA), gestão 2020-2023. Tem experiência em atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e assistência na área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com ênfase em Terapia Ocupacional no campo social, Terapia Ocupacional e Cultura, Psicologia Social e Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, atuando principalmente nos seguintes eixos: juventudes negras e periféricas, ações territoriais e comunitárias, violências, cultura juvenil, assistência social, interseccionalidades, colonialidade/contracolônialidade, descolonização e decolonialidade. Participou da concepção do artigo, de sua estruturação, redação, discussão e revisão.

Eliana Nunes Ribeiro

<http://lattes.cnpq.br/6634269777871227>

Eliana Nunes Ribeiro: Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo programa EICOS/UFRJ, com pós-doutorado pelo mesmo programa; Mestre em História Social da Cultura (PUC/RJ; Historiadora, graduada em História e Ciências Sociais (UFRJ); Integrante do LABMENS - Laboratório de Memórias Ocupações Rastros Sensíveis/ EICOS/UFRJ. Pesquisa Corpo e performances descolonizadoras, com interesse nas ações do *Teatro Experimental do Negro*, considerado em sua pesquisa como um dos fluxos da Psicossociologia na América Latina. Contribuiu na escrita, discussão e revisão do artigo.

Regina Carmela Emília de Resende

<http://lattes.cnpq.br/1747546403894064>

Doutora EICOS-UFRJ (2022) e Mestra (2016) em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS-UFRJ). Bolsista CAPES (2017-2020). Possui graduação em Português/Literatura. Professora no curso de Psicologia do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), professora Doc 1, na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Pesquisadora/Coordenadora do grupo de pesquisa GRUPPA: Grupo de Estudos em Psicologia, política pública e Assistência (UNIFESO), desde 2023. Pesquisadora no grupo Mediatio: Núcleo Interdisciplinar de Mediações, Humanidades e Subjetividades (EICOS-UFRJ), desde 2019. Pesquisadora da Rede de Geografias da Pesca, da Universidade Federal do Rio Grande. Integrante como Pesquisadora do banco técnico-científico para subsidiar a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Rede Pesca Brasil em suas atribuições relacionadas à gestão da atividade pesqueira nacional (2022). Desde 2001, produz e dirige documentários sobre comunidades, grupos sociais, memória e identidade, meio ambiente, inclusão social, mídias digitais e Ecologia Social (Filmes da Terra).

Elaine Araújo de Vasconcelos (Elis Vasconcelos)

<http://lattes.cnpq.br/9897102818637407>

Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo EICOS/UFRJ com pesquisa sobre as memórias e narrativas de histórias de vida das Rendeiras de Bilros de Arraial do Cabo. Mestre em Comunicação Social pela UFF e graduada em Jornalismo. Membro do LABMEMS - Laboratório de Memórias e Ocupações- Rastro Sensíveis (EICOS). Contribuiu com a escrita, discussão e revisão do artigo.

Thayllany Mattos dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/0560870150872805>

Graduada em Psicologia pelo Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES/2014-2018. Mestra em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD/2020-2022, na qual integra o grupo de pesquisa: Território, discurso e Identidade - TDI. Atualmente, sou Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/IP/UFRJ, no qual integro o grupo de pesquisa LabCria Laboratório de Estudos e Práticas Interdisciplinares em Juventudes, Culturas, Raças e Ocupações. Interesses de pesquisas voltados para os seguintes temas: Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Social, Movimento de Cultura Hip Hop, Movimentos Urbanos, Estudos Feministas, Antropologia Digital, Narrativas Digitais, Análise do Discurso, Estudos Culturais e Interseccionalidade. Contribuiu com a escrita, discussão e revisão do artigo.

Claudia Reinoso Araujo de Carvalho

<http://lattes.cnpq.br/4160426726810706>

Terapeuta Ocupacional. Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ (EICOS/IP/UFRJ). Doutora e Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca-Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Realizou Pós-Doutorado pelo Programa

Nacional de Pós-Doutorado da CAPES no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Especialista em Administração Universitária Federal pela UFRJ. Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela ENSP/FIOCRUZ. Especialista em Acessibilidade Cultural pela UFRJ. Especialista em Saúde do Idoso e Gerontologia pelo Instituto Brasileiro de Formação. Atualmente é Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Líder do Grupo de Pesquisa “Envelhecimento humano: saúde, cultura e sociedade”, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. Contribuiu com a escrita, discussão e revisão do artigo.

Como citar este artigo:

ABNT

COSTA, Samira Lima da et al. Corpas políticas: arte, trabalho e enfrentamento nas tessituras da vida racializada. *Ensino, Saúde e Ambiente*, Niterói, v. 17, e59047, 2024. <https://doi.org/10.22409/resa2023.v17.a59047>

APA

Costa, S. L., Takeiti, B. A., Ribeiro, E. N., Resende, R. C. E., Vasconcelos, E. A.; Santos, T. M., & Carvalho, C. R. A. (2024). Corpas políticas: arte, trabalho e enfrentamento nas tessituras da vida racializada. *Ensino, Saúde e Ambiente*, 17, e59047. doi: <https://doi.org/10.22409/resa2023.v17.a59047>

Copyright:

Copyright © 2024 Costa, S. L., Takeiti, B. A., Ribeiro, E. N., Resende, R. C. E., Vasconcelos, E. A.; Santos, T. M., & Carvalho, C. R. A. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2024 Costa, S. L., Takeiti, B. A., Ribeiro, E. N., Resende, R. C. E., Vasconcelos, E. A.; Santos, T. M., & Carvalho, C. R. A. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Editora responsável pelo processo de avaliação:

Luiza Rodrigues de Oliveira

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Coleção Feminismos Plurais.

ALONSO-POBLACIÓN, Enrique; SIAR, Susana V. **Women’s participation and leadership in fisherfolk organizations and collective action in fisheries**: a review of evidence on enablers, drivers and barriers. FAO Fisheries and Aquaculture Circular nº 1159. Rome, FAO, 2018.

BARBOSA, Vera Lucia Ermida; D’Ávila, Maria Inácia. Mulheres e artesanato: um “ofício feminino” no povoado do Bichinho/Prados – MG. **Revista Ártemis**, v. 17, n. 1, p. 141-152, jan.-jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/18122>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BOSI, Éclea. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRIZOLA, Ana Lúcia; BIEGER, Isabel Cristina; CARVALHO, Cristina. Renda de bilros em Portugal e no Brasil: patrimônio e mercado. In: **COLÓQUIO DE PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN**, 3., 2015, Lisboa. *Anais...* Lisboa: FA-Lisboa, 2015. p. 113-123.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, art. 8, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 1 maio 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2020**: Sustainability in action. Rome: FAO, 2020. <https://doi.org/10.4060/ca9229en>

FRANGOUEDES, Katia; KEROMNES, Enora. Women in Artisanal Fisheries in Brittany, France. **Development**, v. 51, p. 265-270, 2018. <https://doi.org/10.1057/dev.2008.20>

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jan. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf>. Acesso em: 8 jan. 2024.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENEROPDF.pdf. Acesso em: 1 maio 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 78, p. 241-258, jul.-dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.UH78.gsef>

- KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Rev. Estud. Fem.** v. 28, n. 1, e56509, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>
- LESSA, Fabio de Souza. Expressões do feminino e a arte de tecer tramas na Atenas Clássica. **Humanitas**, Coimbra, n. 63, p.143-156, 2011. Disponível em <https://philpapers.org/rec/LESEDF> . Acesso em: 8 jan. 2024.
- LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 maio 2024.
- MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: o Reinado do Rosário no Jatobá**. 2. ed. rev. e atual.. São Paulo: Perspectiva, 2021a.
- MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo-espinalar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021b.
- MATSUSAKI, Bianca do Carmo. **Trajatória de uma tradição: rendas de bilros e seus enredos**. 2016. Dissertação (Mestrado)–Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. <https://doi.org/10.11606/D.100.2016.tde-11052016-111953>
- McMILLAN, David; CHAVIS, David. Sense of community: a definition and theory. **Journal of Community Psychology**, v.14, n.1, p. 6-23, 1986. [https://doi.org/10.1002/1520-6629\(198601\)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I)
- NASCIMENTO, Maria. O Congresso Nacional de Mulheres e a regulamentação do trabalho doméstico. **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. Rio de Janeiro, jul. 1949. Coluna “Fala a Mulher”, n. 4, p. 3.
- NASCIMENTO, Maria. Nosso dever cívico. **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. Rio de Janeiro, fev. 1950a. Coluna “Fala a Mulher”, n. 6, p. 7-10.
- NASCIMENTO, Maria. O Conselho Nacional das Mulheres Negras. **Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro**. Rio de Janeiro, mar./abr. 1950b. Coluna “Escreve a Mulher”, n. 7/8, p. 4.
- PAVAN, Frank; MONTYSUMA, Marco Fabio Freire. Indicadores socioambientais dos pescadores da Lagoa de Cima e da Vila de Marsaxlokk. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, e02601, 2019. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0260r1vu19L4AO>
- PINHEIRO, Marta de Araújo; MACHADO, Mônica (Org.). **Recortes do contemporâneo: mediações socioculturais**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1gm019g.31>
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira, aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA; Vera Lucia Felippi da; PERRY, Gabriela Trindade. Renda de Bilros: estudo de pontos tecidos nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. **Modapalavra e-periódico**, v. 11, n. 21, p.124-146, jan.-jun. 2018. <https://doi.org/10.5965/1982615x11212018126>

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

VASCONCELOS, Elaine Araújo de. **Olê, Mulher Rendeira: um estudo sobre tradição e sentidos de comunidade a partir das narrativas das memórias das rendeiras de bilros de Arraial do Cabo - RJ**. Rio de Janeiro. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/Tese-Elaine-Araujo-de-Vasconcelos.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

XAVIER, Giovana. **Maria de Lourdes Vale Nascimento: uma intelectual negra do pós-Abolição** [livro eletrônico]. Niterói: Eduff, 2020.

ZALUAR, Amélia; PIMENTEL, Célia Regina Moreira. **As guardiãs das rendas: rendeiras de bilros no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 1978.